

De como a globalização é instrumento a serviço da dominação hegemônica do grande capital

ALGUMAS OBSERVAÇÕES A RESPEITO DA PERNICIOSIDADE DO
INVESTIMENTO CAPITALISTA E OS SEUS EFEITOS NO EMPOBRECIMENTO DO
BRASIL

*Paulo Sérgio Bohrer Lobosco**

"Quando uma nação desrespeita os valores de uma outra nação, sejam esses valores culturais, sociais ou econômicos, pratica uma violência. E essa violência é a mesma atitude do desrespeito aos direitos humanos, sendo que apresenta-se, então, com efeito multiplicador, já que ela atua coletivamente. Devemos ter em mente que qualquer gesto, se praticado no particular, é reprovável, no geral, esta prática torna-se abominável."

(O
Nova Friburgo, 16 de março de 2000

autor)

Introdução

O presente trabalho é uma tentativa de analisar o efeito da globalização no empobrecimento dos povos "marginais" (Brasil). De forma que, possa transparecer ao leitor as idéias e as linhas gerais de ação desta empreitada fantástica chamada globalização. E ainda suscitar, naquele que desejar gastar um pouco de sua massa encefálica, questionamentos vários que possam nos dar um mínimo de ordenação em nosso pensamento. Agiremos no sentido de

que possamos identificar as vozes de comando do processo globalizante. E perceber quais são os métodos de dominação usados. E quais são as conseqüências para nós outros. E de certa maneira, poder proceder uma investigação sobre o nosso futuro. Nesse aspecto, em que se procurará a identidade desses mandatários, estaremos usando a linha de investigação que procurará indicar os vínculos do processo aos seus beneficiários, e por meio desse raciocínio tentar nomear aqueles que deram e dão causa ao fenômeno. Parece-nos que o método é de uma singeleza a toda prova, porém, se levarmos em conta que no caso do Brasil, assim como no de outros países a exemplo da Argentina, têm eles feito um imenso esforço para submeter, as suas respectivas economias nacionais e por extensão os seus povos, a este aviltante modo de viver modernamente, seja através das mudanças legislativas (equiparação de capitais estrangeiros aos nacionais p. e.), seja na estrutura da Constituição (mudanças das regras de aposentadorias, etc.), podemos perceber que a complexidade avança além da pequena visão panorâmica de nossa proposta.

Neste modesto estudo serão analisados algumas das várias maneiras em que o processo de globalização se estabeleceu e se desenvolve. Dirigiremos o pensamento na busca do sentido e da conveniência de sua implantação por parte dos seus maiores interessados, sem nunca perder de vista esses interessados (eles serão os protagonistas principais de nosso trabalho). Remontaremos, deste modo, a elementos históricos, que temos em conta como arrazoados, para justificar o implante do novo sistema de dominação mundial.

Procuraremos ainda fundamentar em bases sociológicas as razões da adesão generosa dos países pobres (Brasil) que se solidarizam com os processos globalizantes, exercendo inclusive enorme esforço de adaptação. Investigaremos por qual método facilitam a sua aplicação, e ainda analisaremos como essa adaptação é impossível de se realizar de maneira plena.

Procuraremos, ainda, expor da maneira mais abrangente possível as relações conflituosas de interesses públicos e privados, e também a sobreposição dos interesses internacionais sobre os nacionais. E de como os "interesses internacionais" de que vamos tratar nada tem de internacional além da sua exterioridade geográfica, ou seja, o domicílio do capital.

Questionaremos o fato de o mundo sem fronteiras apregoado aos quatro ventos sob o manto da Liberdade Universal mostra, na verdade, que a liberdade a que se refere, é o livre transitar do capital, e nós poderemos, então, observar que, do ponto de vista humanitário, o Muro de Berlim se estendeu, infinitamente, no cenário da geografia mundial, isolando os povos pobres dos ricos (dificuldades migratórias), em uma feudalização hodierna.

Fará parte ainda desta empreitada, um posicionamento inquiridor, das perspectivas da globalização em sua proposta mais ampla, que verificaremos limitar-se não só no tempo, como no espaço (nações excluídas).

Examinaremos a origem do capital volátil, as inserções restritivas do Fundo Monetário Internacional, a deturpação da originalidade deste organismo internacional (Bretton Woods) e sua atual subserviência aos mecanismos de exploração e dominação dos povos.

Apresentaremos comentários de nossa parte que consideraremos como as atitudes protetoras, individuais e coletivas, que podemos empreender em causa de reação a esse estado de coisas. E que não correspondam a soluções antiquadas, ultrapassadas e débeis, porém a uma nova, e que representem, pela companhia da razão e do bom senso, força e vigor. Encontraremos a universalidade, nesta proposta, nos fundamentos morais daqueles valores que se associam ao humanismo, ao renascimento da cidadania como elemento de libertação e emancipação, e à Justiça. Fatores que se apresentam com energia suficientemente capaz de romper as amarras agrilhoantes dessa dominação tão sutil quanto feroz.

Vale mencionar que devido à modesta proposta desta apresentação, trataremos com os elementos sociais e políticos e culturais, como agentes da dominação econômica. Que se apresentam em todo o panorama geográfico mundial. E esses conteúdos estarão aqui restritos às regiões citadas. Deste modo, muitos dos fenômenos que observaremos se deram ou se dão por exemplo em toda a América Latina, e serão descritos neste trabalho como restrito ao Brasil, podendo tais conceitos serem transportados por semelhança para a África ou Ásia. Tudo isso sem prejuízo da idéia que queremos apresentar, pois as relações de dependência que se evidenciarão são mundialmente abrangentes e gerais.

Histórico

A guerra fria

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Europa, encontrava-se completamente destruída, desorganizada e pobre, separada por fronteiras de zonas de influência, essa separação configurou-se mais tarde na edificação do muro de Berlim no coração da Alemanha. Essas duas metades agregavam, cada parte de per si, um bloco ideológico representado por uma superpotência dominadora. A parte ocidental da Europa formava o bloco capitalista capitaneado pelos EUA, e a parte oriental do dito continente (Leste Europeu) formava, sob a liderança da Rússia e seus estados socialistas (URSS), o bloco comunista.

Ambos os blocos possuíam doutrinas hegemônicas e, portanto, eram excludentes e irreconciliáveis no que tangia seus objetivos. Calcavam as suas pretensões na possibilidade do uso da força, de maneira que, se houvesse um conflito ou um ato beligerante, em qualquer parte do mundo, de um país para com outro, logo de um lado posicionava-se uma dessas superpotências, tornando-se aliado deste, e do outro a outra super potência aliando-se àquele. Isso criou, além das esferas de influência, o alinhamento automático por parte das nações de segunda linha (aquelas que ainda não possuíam uma economia desenvolvida), a América Latina e Cuba, representavam aqui neste continente a expressão dessas duas linhas de forças.

"... Os demais países do mundo têm o Direito Fundamental de não sofrer a intromissão de nenhuma outra potência estranha em seus assuntos internos. Os Estados Unidos, que assumiram o compromisso solene de defender esse Direito quando ratificado pela Carta das Nações Unidas, devem agora honrá-lo. Os mecanismos empregados para intervir no exterior ignoram e solapam os Processos Constitucionais Americanos e representam uma ameaça para o Sistema Democrático Nacional. Os Estados Unidos são, sem dúvida, um país

suficientemente forte par poder sair da sarjeta e conduzir sua Política Externa segundo os ideais que formaram esta nação." (1)

No seio dos países latino-americanos, uma série de ditaduras ferozes estabeleceram-se, organizadas pela CIA e patrocinada pelo EUA. Tudo isso sob o pretexto de combater a expansão do comunismo na América Latina. Assim existiu a ditadura de Pinochet (Chile), com milhares de executados, a ditadura Argentina (cuja memória são as Mães da Praça de Mayo), esses regimes antidemocráticos espalharam-se por todo o continente.

A ditadura no Brasil

No Brasil essa dura política vingou por quase trinta anos e até hoje sentimos as suas seqüelas. As liberdades democráticas foram suprimidas e a constituição violentada através de atos institucionais que conferiam extrema autoridade ao Poder Executivo, inclusive "o direito " de legislar sobre praticamente qualquer matéria, criou-se a lei de segurança nacional que proibia o direito de greve e restringia o de associações, privando de liberdade e de iniciativa toda a população. Enfim, modificaram a Constituição Democrática de 1946 e em seu lugar, criaram uma constituição *autoritária*, completamente, dissociada dos anseios populares.

E quando, finalmente, a normalidade democrática principiou a se estabelecer (*apreciem*), era dos EUA que vinha a pressão para que todos os ditadores promovessem o retorno das instituições democráticas em seus países. Os Generais obedientes que idolatravam a soberania nacional e suas doutrinas nacionalistas, ainda desejaram resistir às mudanças que estavam por vir, porém o "*o patrão é o patrão*".

O retorno à democracia

Ao perderem apoio político dos EUA, os generais ditadores se enfraqueceram e os seus governos ditatoriais entraram em crise, os sindicatos e organizações civis e associações voltaram a ter importância e expressão política, é nesse momento que instauram-se planos para os primeiros exercícios da democracia plena (anistia, diminuição sensível da censura prévia e formação de novos partidos, eleições, etc.). Os movimentos populares percebendo a oportunidade saem às ruas e homologam o processo como "conquista popular".

Os movimentos libertários (onde existir opressão, lá estarão eles) provaram um sabor de vitória. Finalmente, as lutas populares pareciam ganhar espaço na realização dos seus ideais, ou seja na realização da *democracia*. Políticos, estudantes e operários, todos de mãos dadas, na busca da liberdade, comemoravam o fato de que havia uma nação para ser reconstruída e grandiosas instituições para serem revividas ou criadas novas.

Terminado o *estado de arbítrio*, competia à sociedade a tarefa da restauração plena do *estado de direito*. Dos movimentos populares que contribuíram para o retorno à normalidade, merece especial menção o movimento sindical, que se antecipou às reformas (que adviriam de qualquer modo, pois os EUA assim o desejavam) e no exercício da greve, quebraram a rigidez da lei, estabelecendo, então, a tolerância por parte do poder ditatorial.

A estruturação da dominação econômica

Nesse longo período de predomínio de governos ditatoriais na América Latina, por conta da contenção da expansão comunista, os EUA financiaram esses governos autoritários em seus programas de desenvolvimento, e aqui no Brasil esse financiamento propiciou a construção de estradas, de usinas nucleares, de pontes, de viadutos e da expansão da telefonia, da indústria automobilística, da indústria química, em fim da modernização do parque industrial.

Muitas empresas estatais foram criadas nesse período, e estabeleceram-se também aqui as multinacionais predominantemente americanas, que obtinham apoio do Governo. Esse processo, de financiamento do desenvolvimento, gerou em sua companhia uma enorme *dívida externa*, que em nosso caso particular chegou a quase 100 (cem) bilhões de dólares.

Isso trouxe um desequilíbrio nas contas externas de nosso país que, mesmo possuindo uma balança comercial pujante para a época, começa a sofrer imensas pressões necessitando da obtenção de novos empréstimos para satisfazer as saídas de capitais (dólares), em remessas de lucros para o exterior, por parte das empresas multinacionais, e também para os pagamentos de juros da enorme dívida externa, assim como, o pagamento de royalties, fretes, etc. As bases das dificuldades futuras, já se refletiam em um balanço de pagamentos com déficits crônicos e insustentáveis no tempo, necessitando, desse modo, de *crescentes financiamentos externos em dólares*, para o fechamento das contas com o exterior, todos os anos.

Estabelecimento da dependência

O Brasil que se endividava em dólares, tentando obter o seu desenvolvimento, incorpora à vida nacional a estratificação desse endividamento (estado de desconforto permanente). A exemplo de muitos outros países. Estratifica-se, assim, um estado de dependência significativa ao capital estrangeiro (leia-se EUA). Então, na realidade estavam organizando a fragilização da estrutura de trocas externas (comércio exterior). Isso veio a diminuir em muito a nossa *soberania* e, por conseqüência, o poder de decisão autônoma. Já que a economia nacional exauriu as possibilidades de produção para o mercado externo.

Quando o cartel do petróleo (OPEP) elevou o seu preço a níveis insuportáveis, encarecendo as importações, a economia nacional tinha que exportar, e exportaram muito (*Exportar é o que importa*), muito até mesmo daquilo que fazia falta para o consumo interno (o Brasil era campeão na exportação de soja, que destinava-se a engorda de suínos americanos e europeus, ao mesmo tempo que grande parte da população se alimentava inadequadamente).

O refinanciamento da dívida externa *estranhamente não era operado* exclusivamente pelo governo dos EUA para o governo brasileiro e nem tampouco pelos organismos internacionais (BID, BIS, FMI, etc.) e, deste modo, dividiam-se os mecanismos financeiros em atividades puramente privadas, exercidas pela *rede bancária internacional* (da Alemanha, dos EUA, etc.) era a *banca internacional* atuando sozinha.

A bilateralidade mascarada

No sistema financeiro, todos sabemos que quem empresta domina. E a dominação já estava estabelecida, porém de uma maneira muito sutil, pois a instituição que esmagava as economias nacionais *não tinha rosto* e tampouco *nome*. O credor não era o governo de um determinado país, com que se pudesse negociar ou até apelar para as relações diplomáticas nos interesses comuns em jogo. Era uma instituição financeira, fria e apática aos problemas internos dessas nações, aliás, melhor dizendo, não era uma instituição, nem banco, nem empresa, era como podemos ler nos noticiosos da época. Um pool de bancos (às vezes 500 ou mais) que emprestavam determinada quantia ao Brasil. Tudo isso com o malsinado aval do FMI (Fundo Monetário Internacional).

A formalização do método de dominação

No nosso caso, como os empréstimos ao Brasil se categorizavam como empréstimos a governos de países em desenvolvimento (segunda classe), exigia-se nas horas mais críticas em relação às necessidades de financiamentos, para a efetivação desses empréstimos, que eles fossem avalizados por um organismo mundial, que exercesse a autoridade fiscal (mascarando a interferência) quanto ao destino ou uso desses empréstimos (intervenção na soberania). Na maioria das vezes esses recursos já eram devidos (dificuldades no balanço de pagamentos), eles no país não adentravam, pois resgatavam as faturas necessárias à liquidação do déficit de contas correntes e, então, simplesmente incorporavam-se, nominalmente, ao montante anteriormente devido, e assim no período próximo, devia-se mais juros, que necessitavam de mais empréstimos e mais esforço exportador e, por consequência, novo aval do FMI com mais exigências de metas a se cumprir por parte do Governo local. A colaboração dominadora era prática antiga do capitalismo hegemônico, quanto maior ajuda, maior a dependência e o prejuízo. Vejamos a prática sincera da Inglaterra em relação às suas "colônias".

"... Esse interesse, contudo, tomou a forma inicial de uma preocupação relativa à acumulação de moeda inglesa por parte de 'aliados' como a Grécia e a China, que exigiam *uma modalidade de assistência* que acabaria por deixar nesses países vastos ativos em moeda inglesa, tão logo concluído o conflito. Keynes expressou sua oposição a esse tipo de acordo, *salvo se as quantias utilizadas fossem meramente psicológicas e não valores efetivamente passíveis de utilização.*" (2)

O desvio da origem do FMI

Historicamente, o FMI surgiu com o objetivo de se poder ordenar minimamente o comércio internacional, no ambiente do pós-guerra. Quando era altamente necessária a existência de um órgão que disciplinasse as regras das transações mercantis. Jonh M. Keynes foi um dos participantes da reunião de Bretton Woods e um dos idealizadores deste organismo.

Apresentaram-se idéias fantásticas a respeito da solução dos desequilíbrios advindos das exportações volumosas de determinados países, gerando superávit imenso e de outro lado países altamente deficitários redundando em endividamento crescente em dólares.

O FMI funcionaria como uma câmara de compensação em que os saldos positivos remanescentes das nações fortemente exportadoras seriam lançados a crédito nas contas desse órgão, e receberiam juros negativos (ou sanção equivalente) sobre esses saldos, enquanto os países que operavam déficits e, portanto, eram devedores reais dessas quantias, podiam tomar por empréstimo os recursos provenientes desses saldos, pagando juros socialmente simbólicos. Esses empréstimos eram destinados ao pagamento de suas dívidas, advindas de transações comerciais com o exterior.

Caso essas regras fossem estabelecidas, estimulariam o país que produzira altos superávits de exportação a importar também e rapidamente anular a conta que lhe era desfavorável (no FMI) e assim tudo era induzido a um equilíbrio.

Essa singeleza de obter-se o equilíbrio, não estabeleceu-se e o FMI, cujos países devedores também são sócios (o Brasil também), transformou-se em um agente manco do equilíbrio do comércio mundial. Tornou-se um instrumento particular de interesses de determinados países. Ora se vingasse a proposta inicial para o modo de operar do FMI, dentro do concerto das nações, não haveria os petrodólares para se reciclar como empréstimos, já que seria um problema daquele que possui o saldo positivo, usar esse saldo até os limites de sua conveniência e no interesse de seu povo. E, desse modo, fortalecer a economia de países economicamente mais débeis.

A moeda norte americana assim como a de outros países possuía naquela ocasião uma correspondência, em valor real, de equivalência ao seu valor de face, ou seja, cada dólar correspondia a uma determinada quantidade de ouro depositada em Fort Knox nos EUA, e como tal, a moeda americana se apresentava como valor de troca padrão internacionalmente aceito. Desse modo, quem possuísse dólares, na verdade, possuiria uma quantidade de ouro americano, seguramente armazenado (que beleza).

Assim, tanto nos EUA quanto em qualquer outro lugar do mundo os governos, para imprimirem suas moedas (expansão monetária), acumulavam antes reservas em ouro, caso contrário, se não houvesse a correspondência do metal, o dinheiro nacional perderia valor frente ao dólar, que possuía fixamente essa correspondência, e a moeda daquele país se desvalorizaria de uma grandeza (porcentagem) tal, que o equilíbrio se faria através da desvalorização dessa moeda frente ao dólar e conseqüentemente ao ouro, essa desvalorização prevalecendo, traria a equivalência real outra vez.

A preparação do grande golpe

No nosso cenário, *o governo americano rompe com a paridade dólar e ouro* (Richard Nixon). Agora o padrão seria o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja tudo aquilo que o país produz em bens e serviços durante o ano. Este seria o novo padrão de equivalência mundial (*Imaginem vocês, eles, os EUA, possuem a máquina de fabricar dólares e desvinculam o seu valor de face da garantia de um bem real*). E continuaram a impor sua moeda como padrão mundial (a despeito dos veementes protestos do general Charles De Gaulle (França). É ele mesmo, aquele que disse que nós brasileiros, não somos sérios. *O mundo da agiotagem internacional estava pronto e preparado para novos lances.*

A manutenção do poder militar

No mundo da Guerra Fria (com direito a James Bond e tudo o mais), a Europa encontrava-se recheada de bases militares com aviões portadores de ogivas nucleares, e mísseis balísticos de médio alcance portadores de uma ou de múltiplas ogivas nucleares. As bases da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) situavam-se na Alemanha, na Itália, Turquia e adjacências. As bases comunistas no lado oriental da Europa, localizavam-se na Polônia, na Hungria, Tchecoslováquia, etc.

Os EUA gozavam de privilégio, pois no caso de uma guerra nuclear, o palco desta guerra seria a Europa e depois a Rússia e muito mais remotamente os EUA (*O xerife estava a salvo já que diferia, de muito mais, o tempo necessário para que um míssil soviético chegasse à costa americana em navios ou submarinos*).

Quando os Soviéticos desejaram instalar uma base de mísseis em Cuba, o que equilibraria esse quadro estratégico da situação militar apresentada, o presidente Jonh Kennedy patrocinou o bloqueio naval à ilha (Cuba), impedindo a perda dessa essencial vantagem de poder fazer a guerra no quintal dos outros e representar, ao mesmo tempo, como líder, os interesses dos aliados no xadrez da negociação estratégica.

Os EUA poderiam atingir militarmente a União Soviética com muito mais segurança e rapidez do que eles poderiam atingir os EUA. O revide Soviético mais imediato teria que se dar sobre a Europa.

Com o avanço da tecnologia, mísseis de longo alcance foram desenvolvidos e a vantagem dos EUA se reduziu e a possibilidade de se envolverem diretamente na guerra estava presente. *Era necessário modificar o quadro novamente*. Então iniciaram, verdadeiramente, as negociações para o desarmamento nuclear que objetivava o equilíbrio de forças através da limitação sobre a ampliação do arsenal atômico (detente).

A cooperação militar

Já podemos observar como se deu a liderança americana sobre as nações aliadas ou de alinhamento político (capitalistas). A cooperação dos EUA se dava em bases coloniais de exploração econômica, que no final do século passado, desse modo, estabeleceu-se através do endividamento e da exploração financeira, enquanto a União Soviética arcava com pesados ônus para manutenção dos compromissos com os seus aliados diretos e os países alinhados politicamente.

Os EUA, enriqueceram estruturando *uma portentosa indústria bélica e espacial*, que era fonte de enormes exportações de equipamentos através de acordos militares altamente vantajosos (para eles é claro), esses acordos tinha o caráter de colaboração militar "recíproca" (rompidos, no caso do Brasil, pelo governo Geisel, em meios a farpas diplomáticas sobre os Direitos Humanos).

A União Soviética estava obrigada a acompanhar os investimentos militares realizados pelos americanos, que a cada ano se anunciavam maiores no orçamento dos EUA, para poder desse modo manter o equilíbrio do arsenal bélico e, assim, manter também a liderança e o domínio político sobre o seu bloco.

O domínio sobre o inimigo

A União Soviética conseguia acompanhar os investimentos do inimigo desviando vultuosa quantidade de capitais e de recursos preciosos, que começaram a sacrificar o padrão social mínimo almejado pelos seus povos. Internando enorme dificuldade em sua economia doméstica, em que se destacaram as do abastecimento de víveres. *Vejam como o capital americano controlou o padrão de vida dos países socialistas.*

Dessa realidade, resultou a diferença do desenvolvimento observado entre os lados políticos de Berlim. Do lado ocidental, um povo alemão rico e próspero; do lado socialista uma cidade pobre, com prédios envelhecidos, uma indústria senil, e como povo, restou, os parentes pobres do próspero povo do outro lado.

O cowboy de cinema Ronald Reagan anunciou para o mundo os investimentos, em uma rede de parábolas espelhadas que seria edificada no espaço por toda a órbita terrestre e que, concomitantemente, com o uso de canhões a laser poderiam em minutos destruir todo e qualquer míssil que fosse lançado contra os EUA (guerra nas estrelas). A cifra necessária para tal empreendimento, que seria investida pelos americanos, era de tal monta que "destrambelhou" o adversário, ou seja, a União Soviética jogou a toalha.

A saída honrosa

Se a União Soviética continuasse a acompanhar a corrida armamentista, com o vigor exigido agora, a falência interna era certa e, se não acompanhasse, a obsolescência do equipamento militar levaria ao predomínio pela força do inimigo. Melhor seria negociar e, então, começaram as reformas internas chamadas de *Glasnost* e a *Perestroika* (reforma da estrutura política e da econômica). E alcança os nossos dias moribunda, como o mais medfocre dos países, suplicando empréstimos ao FMI, nosso velho e conhecido amigo (da onça).

A dominação pela agiotagem

Com o término da *Guerra Fria*, enormes quantidades de capitais, que antes, eram destinados à indústria bélica nos EUA, ficaram liberados para outras atividades, enquanto nos países endividados a incipiente indústria bélica começava a falir por falta de clientes ou encomendas (no Brasil a Alvirás e a Engesa entre outras).

Os EUA percebem que não havia razão para arcar com os projetos espaciais sozinhos e imediatamente associam-se aos japoneses, aos alemães e até aos minguados soviéticos.

Esse capital, livre (estima-se em US\$ 7 trilhões de dólares), é usado nos investimentos especulativos junto aos países já altamente endividados, e carentes desses capitais, para a manutenção e perpetuação do seu endividamento e dependência.

A liberdade de mercado

Podemos a seguir observar uma aula prática, que os nossos mestres nos oferecem entre muitas no campo da liberdade. Denúncias de peste suína nas criações brasileiras (imprensa local) coincidiram com o enorme investimento dos Rockfellers, neste setor, aqui no Brasil quando da implantação de suas fazendas para a criação de suínos de raça, que na ocasião dessas denúncias, chegavam, concomitantemente, ao nosso país as matrizes suínas de avião, oriundas dos EUA e, enquanto desembarcavam, os fiscais da defesa sanitária brasileira, matavam até os porcos de criação caseira, um a um, em uma minuciosa operação para evitar, o alastramento de, uma possível peste suína, e até nas favelas da metrópole do Rio de Janeiro, estiveram os soldados da saúde, eliminando a malfadada "peste". A operação obteve tanto êxito que depois dos investimentos americanos e a eliminação da concorrência, nunca mais se ouviu falar da doença.

Outro exemplo de liberdade e igualdade requerida pelos nossos principais parceiros comerciais, pode ser verificado, quando da implantação de fábricas de água mineral por parte da Nestlé. Coincidiu curiosamente também com inúmeras denúncias, na imprensa falada, escrita e televisiva, de contaminação por bactérias, da água mineral fabricada e comercializada por tradicionais empresas nacionais.

Enquanto os EUA solicitam maior e mais ampla liberdade de comércio ao mundo todo, muito pouco age como prega, pois ao mesmo tempo que solicitam essa liberdade para o seu capital e as mercadorias que produz, sobretaxam as exportações brasileiras de laranja, de aço e impõe cotas de importações para calçados brasileiros e para outros produtos, exigências sanitárias intransponíveis.

"Um dos mais importantes parceiros do Brasil, os Estados Unidos aplicam tarifas específicas (mais altas) sobre vários produtos de exportação nacionais. O aço, o fumo, o açúcar, o suco de laranja e o álcool etílico são alguns dos produtos nacionais prejudicados pelas barreiras tarifárias. A exportação de suco de laranja concentrado é sobretaxada em US\$ 0,0808 por litro. Além das tarifas de importação, os Estados Unidos aplicam aos produtos importados várias taxas, como as de uso de portos e as de alfândegas. O governo norte americano impõe cotas às importações de têxteis e vestuários. Outro mecanismo utilizado pelos Estados Unidos, que acaba de prejudicar as exportações brasileiras, é o acordo preferencial. Ele atinge a venda do álcool etílico nacional, que paga imposto maior do que o produto importado de Israel e de alguns países do Caribe, beneficiados por acordos com o governo norte-americano. Das exportações nacionais no ano passado, 22,6% foram destinadas aos Estados Unidos." (3)

A falta de cerimônias com que atuam (EUA) aqui no nosso mercado, é gritante. Basta observar que o atual embaixador americano, é um engenheiro em telecomunicações (mercado em destaque).

A globalização

Quando ouvimos falar da globalização, a primeira idéia que nos vem a mente é a instituição da *Internet*, das suas maravilhosas possibilidades no campo da comunicação e informação, e das perspectivas que se apresentam na esfera do conhecimento e em todas as áreas do saber; e ainda, da sua abrangência universal. Todas essas virtudes são por demais conhecidas de todos nós. No entanto, como a *Internet* se constitui em um agente de interação social completamente novo, inusitado e surpreendentemente vigoroso, ainda não sabemos de que maneira exatamente produzirá efeitos na modificação da socialização dos indivíduos e, por via de regra, no seu comportamento social. Devemos indagar: quais modificações sociais dará causa? Qual a qualidade dessas modificações? E é necessário um exame primoroso sobre esses seus efeitos no comportamento social.

É de se notar que um dos fatores da maior relevância e merecedor do mais amplo estudo, é o da interação entre indivíduos no campo da convivência humana. Podemos remontar às aquisições de tecnologia anteriores para iniciarmos nossa análise. O advento do rádio, do telefone, da televisão, já que esses agentes são os precursores da *Internet*, e alguns deles são seus complementares hoje.

As manifestações interativas de relacionamento humano iniciaram-se de maneira natural através do uso dos sentidos (visão, audição, tato, etc.) e desenvolveram a complexidade das possibilidades no campo da comunicação entre pessoas, formando o complexo social das culturas hoje existentes (manifestações coletivas do conhecimento, como a língua, as artes, a religião, a ciência, etc.).

O rádio oblitera um desses canais de internalização do conhecimento (a audição) em prejuízo da interação total de um indivíduo para com outro, quando em conversação, entrando em franca competição a relação perfeita (conversação) com a relação parcial (conversar enquanto ouve o rádio). Podemos observar que daí aparece a primeira interação parcialmente virtual, criando o hábito comum e quase universal de duas pessoas conversarem, sem prestar absoluta atenção uma na outra, *fingem que conversam*, quando na realidade conversam consigo mesmas, o outro (interlocutor) é uma simples caixa de ressonância para as suas palavras, pois se conversarem sozinhas (e em realidade é o que fazem) poderiam ser consideradas como loucas por aqueles que as observam. A televisão, traz no seu uso, maior dificuldade ainda, pois oblitera, ocupa ou solicita esses sentidos, de maneira muito mais ampla (audição e visão). Esses sentidos ocupados de maneira tão intensa quanto ocorre, impede até o indivíduo do uso da locomoção, e nesse caso, usa ele quase toda a sua atenção (percebimento do ambiente ao redor) de maneira exclusiva, interagindo com o mundo virtual, uma realidade fabricada, não vivenciada, mas que produz efeitos como se realidade fosse (novela, filme, noticiário, entretenimentos, etc.).

Quando alguém assiste à televisão, a interação com os outros indivíduos é praticamente impossível, cria-se, entorno desse alguém, um mundo de isolamento mental que basta a si mesmo, se completa e se nutre no diálogo artificial, que é intermédio e solidamente imantado ao elemento transmissor (TV) pelo apelo forte da emoção, e da continuidade veloz de informações, que mudam de tema sem sair da mesma "conversa".

A relação da estrutura familiar, que tem o firme propósito de solidificar através das relações humanas o amadurecimento do ser, que aí nesse meio pode desenvolver o seu caráter e a sua educação, trabalhando em um campo (a família), que lhe é bastante favorável (menos agressivo), através da tolerância de uns para com os outros. Esse convívio sofre, nesse caso, imenso impacto, diminuindo de maneira substancial o seu valor primordial na tarefa da edificação da criatura humana.

E se repararmos que o processo de educação natural (transmissão da cultura pela tradição oral familiar) sofre intensa concorrência com a programação televisiva, do mesmo modo que a cultura nacional sofre com suas congêneres, as estrangeiras (programas de televisão que repetem incessantemente os padrões de comportamento de outros povos, completamente diversos aos nossos hábitos, costumes, maneiras de agir e de pensar). Isso nos basta para aquilatar a grandeza e a amplitude dessas interações e suas conseqüências.

O fracionamento da sociedade

No uso da Internet, esse processo de isolamento humano se aprofunda. É quando, para o indivíduo emerge todo um mundo novo que isola os indivíduos uns dos outros de maneira muito mais contundente, complexa, e espetacular. Pois se no uso da televisão, essa obliterava os sentidos do indivíduo criando o ente (EU) passivo (telespectador), onde ela vai internando os conteúdos comportamentais condicionantes que se oferece. Na Internet, esse ente (EU) é interativo. O ente é perfeitamente isolado do meio social, por períodos mais ou menos longos (durante o uso), e tendo a sensação de que conversou com alguém (ausente) e que satisfaz a sua necessidade de relacionamento através desse "relacionamento virtual". O relacionamento virtual não se constitui em experiência real (embora exista o internauta do outro lado), porque dispensa ao usuário as normas da convivência, da educação no tratar, das inconveniências típicas da interação natural, dispensa também da discordância de opinião, do elaborar do pensamento na educação de relações amistosas. Até "sexo virtual" é possível de se extrair da máquina, e assim dessa maneira o homem em seu isolamento adquire alegrias virtuais, emoções originadas de causas fictícias.

Essa atomização do indivíduo merece de nossa parte ampla reflexão, pois, é antagônica aos princípios que originaram a sociedade e a convivência social e aos da cultura também, e ato contínuo, do modo pela qual desenvolve a identidade individual, isso no sentido de que essa é a manifestação identificadora do indivíduo no grupamento de que participa. Esse antagonismo enseja que os indivíduos cada vez mais persigam a sua satisfação pessoal incorporando voluntariamente e a todo custo o processo de diferenciação dos seus iguais (negação de si mesmo, de sua identidade cultural) mesmo nas mais simplórias iniciativas. Desenvolvendo intimamente sistemas particulares para tudo, beirando a idolatria daquilo que é diferente, ou do novo, ou ainda do inusitado. Tudo isso, muitas vezes, pelo simples fato de parecer diferente ou novo.

A manipulação da consciência coletiva

Esse processo de diferenciação é vivamente estimulado, em virtude dos sistemas complexos de relações sociais que se estabelecem em uma sociedade moderna e tecnológica como a nossa. No sentido de ocupar (substituir) a ampliação do discernimento que os indivíduos

alcançam com uma maior e mais complexa divisão social do trabalho (aumento da solidariedade), o que redundava, neste caso, em um menor questionamento por parte da consciência individual, em resposta à amplitude da consciência coletiva inibindo as iniciativas individuais. A diferenciação em tarefas não-produtivas (lazer, dança e comunicação interativa) adquirem valores reais no trânsito da consciência individual direcionada pela coletiva, já que por estabelecimento dessa técnica que visa direcionar a autonomia individual crítica a determinados setores íntimos. Por isso a técnica que pretende a manipulação, traz consigo forte apelo à liberdade instintiva, a exemplo da ideação sexual ou à elucubração da violência, e por esse meio torna-se uma opressão sutil, quase nunca percebida pelo indivíduo e quase sempre desejada por ele. Trata-se aqui de substituir a elaboração mental crítica, advinda do fenômeno natural, da importância do indivíduo (sua diferenciação) em função da importância social, esta alcançada por meio das diferentes tarefas que executa. É criar uma "sensação de importância individual" idêntica àquela, e que a substitua de uma maneira que as reações e os questionamentos se dirijam a determinados padrões ou fatos ou até mesmo conceitos, diversos daqueles que são realmente revolucionários no sentido do progresso da coletividade. Podemos observar que extinguiram-se as manifestações dos grandes pensadores (se eles existem), das coletividades avançadas nas artes, na cultura e no saber. As grandes idéias se dão no campo do consumo e da produção. Obtém-se por esse método (imaginamos) os mesmos resultados dos que os da atuação de uma consciência coletiva em uma sociedade mais primitiva, direcionando o comportamento individual ao que se pretende (no caso, a dominação econômica). Podemos observar o motivo pelo qual o Governo consegue realizar, tantas políticas amargas, que deveriam nos causar profundas reações enquanto grupo ou mesmo como indivíduo e, no entanto, nenhuma reação se esboça. A oposição é um dinossauro e está, antecipadamente, errada no conceito geral dos populares. A única oposição que ainda encontra energias para atuar é aquela corporativa, pois que sustenta a motivação nos benefícios que angaria para os seus associados.

Percebemos que, com os fatores da tradição cultural eliminados ou diminuídos, é possível convencer-se o ente (EU) e o seu grupamento social, de qualquer coisa que se deseja que acreditem (pois os critérios de avaliação e comparação no uso do senso crítico, estão dissociados da cultura tradicional (socialização), ou pelo menos com os laços de vínculos afrouxados. E sem poder atuar judiciosamente com esse referencial padrão (cultura) que, para ele, tornou-se elemento de terceira ordem ou inexistente (sem valor).

Se no indivíduo podem ser internalizadas idéias das maneiras que narramos, podemos perceber, que pela ausência do senso crítico bem direcionado, essas idéias podem ser de qualquer natureza, muito boas ou até muito ruins. Assim, podemos já reconhecer que estes meios de comunicação podem prestar-se (e achamos que o fazem) à dominação econômica de um povo, através de mensagens de contracultura, incutindo-lhes necessidades de uso e costumes que habitualmente, de outro modo, não fariam parte de sua maneira de viver.

E através de idéias como as que fixam nos indivíduos os conceitos sobre os produtos e a qualidade deles (todo produto inglês é bom, todo produto americano é melhor do que o produzido no Brasil), é que podemos observar como esse processo vem se desenvolvendo. Quando chegamos ao ponto de o industrial nacional criar os rótulos de seus produtos com expressões americanas, com o firme propósito de que seja associado à idéia de que são

produtos por lá fabricados, podemos já daí, presumir o grau de sofisticação alcançado por esse proceder.

Mas, a partir da década de 50, a televisão passou a desempenhar papel relevante na socialização. Importante e paradoxal, por se encontrar o aparelho de TV como corpo estranho dentro do lar, neutralizando, deformando, anulando, criando conflitos, traumas, pelo choque de valores, de padrões de conduta que apresenta com os adquiridos e impostos pela família. A socialização pela imagem, iniciada com o cinema, a "fotonovela" e a "história em quadrinhos", passa a independe do ambiente social em que está inserido o indivíduo. O "trágico" é que essas imagens são consumidas, exercendo profunda influência, segundo a interpretação que delas fazem os seus "consumidores", e não segundo o "projeto" ou a intenção de seus criadores e divulgadores. (Cf. GUSMÃO, Dourado, p. 50.)

Refazendo o conceito

Estamos apresentando neste discurso, a concordância com o sociólogo quanto ao método, e a divergência quanto ao manuseio. E diríamos da seguinte forma o período discordante: o trágico é que essas imagens são consumidas, exercendo profunda influência, segundo a interpretação que são induzidos a fazer os seus "consumidores", e tudo isso segundo o "projeto" ou a intenção de seus criadores e/ou dos seus divulgadores.

A dominação pela informação

As notícias também, sofrem essa intervenção, já que aqui no Brasil, elas são adquiridas em pacotes prontos das redes americanas (CNN, etc.) e diretamente expostas ao público em geral, quando recebemos os conceitos já pensados sobre os acontecimentos mundiais, e estes conceitos são o modo americano de pensar sobre esses acontecimentos.

Podemos fazer uma experiência íntima neste sentido apresentando a nós mesmos o nome de um país e as coisas que dele conhecemos, e de que forma adquirimos esse conhecimento. Diante da apresentação do nome Estados Unidos; nós recordamos de muitas coisas, Nova Iorque (Quinta Avenida, negros, teatro, riqueza, etc.), Las Vegas (jogo, luzes, dinheiro, etc.), Detroit (automóveis). E muitas outras informações associadas a esses lugares, como eventos, artistas, poetas, produtos, filmes, atletas, monumentos (Estátua da Liberdade), etc. Se apresentarmos, à nossa mente o nome "Inglaterra", outro sem número de informações virão, embora de maneira menos intensa. Já se pensarmos Colômbia, só lembramos de cocaína e mais nada, Bolívia, branco, Paraguai, só contrabando. Venezuela, branco; e assim por diante. Não conhecemos ou conhecemos muito pouco os nossos vizinhos, acho até que já se extinguiu o desejo de conhecê-los (devemos pensar se existe razão para essa predominância se dar de maneira tão aberrante).

O esforço particular do governo brasileiro

"O nosso presidente sociólogo, que dizem ser o presidente da república mais bem preparado, culturalmente, em todo o mundo. Deve ele (principalmente, ele) estar agindo com abrangente visão sobre esses problemas ou questionamentos."

Lamentavelmente, vamos observar que o governo com o seu intelectual presidente, só tem prioridades para os aspectos econômicos de seu mandato, poderíamos até, plagiando José Sarney, criar um *slogan* para o Fernando, "*Tudo pelo capital*".

Vamos mais de perto, examinar qual é o sentido do esforço que o governo brasileiro realiza para adequar o país, a sua economia, e as suas principais instituições, e até uma importante parte do seu sistema legal à *nova ordem mundial*.

Podemos analisar também, a razão pela qual, o Congresso Nacional, solicitamente caminha de mãos dadas ao Poder Executivo, facilitando os seus passos (reformas). Enquanto que todo esse esforço é repassado à sociedade com o rótulo de medidas necessárias ao enquadramento do Brasil no processo da modernidade, da globalização mundial, e da nossa equiparação ao primeiro mundo.

As privatizações

Na intimidade desse esforço, está o *programa de privatizações*. Que em princípio, trata-se de iniciativa realmente modernizante (pensamos). Pois não existe razão que justifique o Estado participar do mercado produzindo aço, fabricando papel, construindo aviões ou gerenciando hotéis. Tudo isso na maioria das vezes, com prejuízos históricos nos balanços dessas empresas e por consequência com danos para o Estado e para os nacionais. Como essa análise em particular foge ao cerne de nosso objetivo, consideramos suficiente a menção de que a privatização de estatais, com atuação em área tipicamente reconhecida como da empresa privada é por nós considerado um avanço.

No entanto, cabe observar também que, enquanto o Executivo dava início a esse programa, submetia o capital nacional ao ambiente da recessão econômica, e as taxas de financiamento internas estavam fixadas no mais alto patamar do UNIVERSO (não era mais elevada por falta de espaço), o que deixou esse segmento da economia completamente marginalizado do processo de privatizações. O que de antemão demonstra a preferência pela *desnacionalização da economia*.

E, como as empresas que foram privatizadas, representavam um patrimônio público nacional. Era de se esperar que a sociedade como um todo se beneficiasse da venda desses ativos para os estrangeiros. Se os recursos arrecadados subsidiassem a implantação de novos hospitais públicos, novas escolas ou novos investimentos em quaisquer das áreas sociais. Então, poderíamos dizer que a sociedade recebeu o que de direito já era seu ou que ajudara a construir.

Nada nesse sentido é possível de se verificar. Poderíamos ainda, no exercício da tolerância mental, achar que somos apressadinhos e que o benefício virá mais tarde, e portanto, que poderá ainda ocorrer.

O governo já vendeu o Sistema de Telecomunicações, vendeu as concessões para a telefonia celular, vendeu a Vale do Rio Doce, a CERJ, a CSN, a USIMINAS e um sem número de outras empresas de porte, portanto, *deve estar com os recursos provenientes dessa venda* (imaginamos).

Porém, o déficit comercial e o de balanço de pagamentos, ou seja, o processo de endividamento constante e crescente que já mencionamos, requer para seu autofinanciamento, novos, freqüentes e constantes empréstimos ou investimentos do exterior (dólares).

Esse dinheiro quase sempre fica por lá mesmo. Se uma empresa estrangeira resolve fazer um investimento aqui no país, traz dólares do exterior para realizar o que pretende. E como esses dólares não podem circular livremente na economia, devem ser trocados por reais no Banco Central, que os emite em quantidade suficiente para a troca (adquirir os dólares) e com esses dólares o BC irá liquidar dívidas, pagar importações ou acumular reservas cambiais.

Porém, a injeção dos reais na economia expande o meio circulante e produz inflação (emissão de moeda sem o correspondente aumento do PIB). Então, diante desse fato o governo emite títulos da dívida pública de médio e longo prazo, em montante suficiente para resgatar os reais emitidos, retirando-os de circulação.

Vale lembrar que para comercializar esses títulos o emissor (o governo) paga juros (aqueles estratosféricos). Ora se o déficit em conta corrente com o exterior é crônico, cada empréstimo para cobrir o déficit (prática comum) gera, além de mais dívida externa, mais dívida interna também (realimentando os dois processos). Já que não fabricando dólares o BC tem que os adquirir de quem os possui (exportador, banco estrangeiro, investidor, etc.). *Podemos afirmar que o dinheiro das privatizações evaporou-se* (e o destino das próximas arrecadações será o mesmo). Vale também dizer ainda que as empresas que passaram à propriedade dos capitalistas estrangeiros, pressionam mais ainda o crônico déficit, pelo aumento da remessa de lucros, criando um círculo vicioso, cujo problema que representa possui a dinâmica exclusiva do crescimento indefinido.

Existem recursos para o social?

"O rico governo brasileiro" despendeu a cifra de 25 bilhões de dólares (alguns mencionam valor maior) para socorrer o sistema bancário, enquanto doava também, milhões e milhões de dólares para empresas multinacionais (como a Ford e outras), concessão de créditos fiscais (isenção de IPI e ICM) e doação de terrenos (para que elas se instalassem ou abrissem filiais aqui, isso por parte de estados e municípios também).

"O rico governo brasileiro" atua na política pressionando para que se aprove as medidas legais, que permitam empréstimos, por parte do BNDES, para financiar empresas estrangeiras, junto aos leilões de privatização (para as multinacionais, com o dinheiro do FAT, poderem adquirir as empresas do setor elétrico, por exemplo).

E é quando o governo privatiza empresas como as do setor elétrico, como outras já privatizadas, devemos ter em mente que são empresas que possuem elevado alcance social, pois o valor de uma conta de luz pode representar sobre o valor do salário uma parcela de alta significação para quem paga a conta, ou seja qualquer subsídio, concedido, pode tornar-se um significativo benefício social, uma maneira de o Estado praticar a Política Social.

Dos vários assuntos já abordados podemos fazer um elenco para melhor visualização do que já foi alcançado e ou está em andamento.

A amplitude do dano causado pelo liberalismo

- 1) Soberania restrita
- 2) Diminuição da capacidade do Estado em servir à sociedade
- 3) Restrição de direitos socialmente estabelecidos.
- 4) Desmantelamento de políticas sociais
- 5) Alongamento dos prazos para aposentadorias
- 6) Elevado índice de desemprego
- 7) Restrição aos aumentos salariais (mercado em recessão)
- 8) Estímulo à economia informal (trabalhadores sem carteira assinada)
- 9) Manutenção de um modelo concentrador de rendas
- 10) Recessão crônica e permanente (perpetuação do sistema)
- 11) Empobrecimento geral
- 12) Deterioração dos indicadores sociais
- 13) Falta de perspectiva, desânimo (separações e suicídios)

"O liberalismo puro e duro, copiado dos países desenvolvidos, deixa de lado o fato de que, na América Latina, a massa de marginalizados é tamanha que pensar em economia de mercado é pensar em uma economia apenas para a minoria." (4)

Os Fatos, O Direito e a Capacidade de Reação

Vislumbramos dois particulares cenários de atuação. O primeiro no campo interno das nossas fronteiras junto ao poder estabelecido aqui. O segundo no cenário internacional.

Investir em nossa educação

Internamente, devemos perseguir como objetivo maior, a reconquista da cidadania e dos valores culturais, apoiando qualquer iniciativa que entenda o ser humano como valor fundamental e primeiro. Prestigiar as associações que almejem esse fim, que divulguem esses princípios, esclarecendo aos populares de como têm servido de massa de manobra ou bucha de canhão.

Lutar contra a mídia viciada, criando uma nova corrente de pensamento, censurando e criticando seus pontos que representem valores culturalmente negativos, aqueles que deturpam os interesses coletivos.

Trabalhar no âmbito estrito da Fraternidade Universal, evitando cair no recinto minúsculo do partidarismo político. Enaltecendo em todos os campos em que se possa atuar, a valorização da criatura humana, criando esse significado especial em todas atividades empreendidas.

Os vícios do pensar

Como exemplo desses valores distorcidos, podemos citar como forma de ilustração, alguns dos programas televisivos mais populares, aqueles que a grande massa assiste, e como têm eles sucessivamente trabalhado no campo da depreciação da criatura humana.

Os espetáculos se dão de forma a explorar o corpo da mulher como objeto sexual, e o ser humano é, muitas vezes, exposto ao vexatório, ao ridículo, para graça e sorriso dos telespectadores. Quando, somos nós, rindo de nós mesmos, rindo de nossos iguais, das pessoas simples e comuns. Logo, estamos desse modo, depreciando-nos uns aos outros e internalizando a idéia de um povo tolo e leviano, bobo no sentido de não compreender as coisas mais simples da vida. Basta observarmos que a graça se dá, no equívoco dos conceitos que a pessoa possa perceber, daquilo que é tido como certo, passando a permanente idéia de que podemos estar na maioria das vezes equivocados, de julgamento, em relação às aparências da realidade que nos cerca.

As notícias, também nos serve de referência, elas são preciosamente estudadas e manipuladas por quem as apresenta. Um aumento da gasolina, quando necessita ser anunciado, primeiro ensaia-se como se uma necessidade fosse, necessidade oriunda, sempre de fato distante e de origem alheia à nossa esfera de compreensão e atuação. No dia seguinte, a notícia reforça a idéia e apresenta-se como um fato irremediável de causa distante e, finalmente, adiciona-se a essa notícia, fragmentos de dispersão mental, que retirarão a atenção do cerne principal da questão (o aumento do combustível). Como fragmentos, podemos citar os fatos isolados que se transmitem como se possuíssem amplitude geral e fossem ligados ao fato principal que se deseja noticiar. Veiculam junto à notícia do aumento da gasolina, que prenderam alguns donos de postos de gasolina que vendiam o combustível mais barato do que os outros revendedores, justamente porque o combustível era adulterado, ou falsificado. Esmorecendo a idéia de que o mais barato para nós é conveniente. E o artifício faz com que se estabeleça uma confusão, baseada na idéia de que o combustível barato é falso ou de qualidade inferior. Já não sabemos ao certo se deveríamos desejar o melhor e o mais barato ao mesmo tempo. Esse método porém, faz com que se amenize o impacto desagradável do aumento e que o entendamos como uma medida da autoridade moralizadora, e que esta está reparando imperfeições. Por tudo isso, devemos examinar essas questões em grandeza e profundidade. E as verificando, devemos criar os mecanismos intelectuais de esclarecimento, denunciando esses procedimentos subliminares, induzindo-nos ao juízo pronto e equivocado.

Esclarecer ao homem comum, o significado real da liberdade como valor humano, e que a liberdade é um bem de muito maior relevância do que aquela que nos oferecem para consumo imediato. Queremos a liberdade de trabalho, de subsistência, de escola, de saúde, de lazer, etc. E não a liberdade da pornografia, nem tão somente aquela de poder ofender até o Presidente da República em qualquer praça pública sem ser preso ou molestado, nem tão pouco a de ser mal educado com os outros. Nessa última, nós já estamos treinados, já somos useiros e vezeiros na sua prática, porém em nada ela nos adianta ou melhora. O uso dessa liberdade nos tem embotado a mente e destruído nossos reais anseios, pulverizado valores que as gerações de parentela nos legou, valores de inestimável valor.

O supérfluo e o necessário

Podemos esclarecer aos concidadãos que o telefone celular, não é um bem de primeira necessidade, e combatendo o que a mídia nesse campo doutrina. Exemplificaremos aqui, com o caso de modesta empregada doméstica, que carrega seu telemóvel implantado na cintura, sem sequer dar-se conta de que, quase sempre, não tem com quem falar. E não percebe que a tecnologia só avança rapidamente no consumo do supérfluo ou do inútil, e para transformação do usuário em um prestamista.

Observemos pois que a mesma tecnologia eletrônica que desenvolveu o telefone celular, desenvolveu também a tomografia computadorizada, só que esta, somente está disponível para os povos do primeiro mundo e para os ricos daqui.

A preservação da cultura

Outro exemplo dessa insensatez coletiva tem sido o tratamento que estamos dispensando aos traços culturais restantes e ainda presentes em nosso meio.

A música, que é um especial indicador da cultura popular, tem servido a essa magnífica empreitada globalizante; a de transformar a todos nós em imbecis permanentes. Desnecessário se faz que exemplifiquemos, basta perguntar onde encontram-se os bons compositores? Onde estão os cantores que de alguma forma saibam cantar?

O sucesso advindo da parceria dos "talentos" com a mídia, principalmente a televisiva, deve obedecer a determinados critérios, que se dá na retratação daquilo que é ousado (para chamar a atenção) e que seja ao mesmo tempo alienante.

Quando se ouvia uma música de Tom Jobim ou de Vinícius de Moraes, ou do Chico Buarque, naquela ocasião, estávamos aprendendo a pensar, a comunicar idéias pela arte, e a refletir e a articular idéias e ideais. Quando agora aprendemos as músicas "dos novos talentos" tratamos das cores e do formatos que as rendas das calcinhas femininas apresentam e de como é delicioso o seu conteúdo (o das calcinhas), esse apelo instintivo (não questionamos aqui o aspecto moral e, sim, a qualidade e finalidade do pensar) também se verifica no modismo das danças aeróbicas que nos remete a um passado tribal, agreste e primitivo.

Podemos suspeitar que existe uma *técnica de internalização desses conteúdos psicológicos*.

Investir na valorização das relações internacionais

No campo externo, imaginamos a Comunidade Internacional, que deve ser regida por um complexo de regras morais que, para o seu exercício e para que elas possam realizar-se conforme o conceito de Direito e Justiça, devem, como sabemos, ser acompanhadas do fenômeno da coercibilidade (coaçoão ou ação pela força), e que, no momento, essa coercibilidade, ou seja, autoridade no exercício da relações entre nações, é de certo modo exercida pelo país ou grupo de países que detêm o poder militar e econômico (a ação da

OTAN no KOSOVO, em detrimento da ação da ONU, e até em contrário às decisões desta). É fácil concluir que as normas que regem as relações internacionais, expressam a vontade ou os anseios das potências dominantes, e essas relações se dão em permanente desequilíbrio.

As relações entre o mundo desenvolvido e as nações pobres se dão por descumprimento das normas pelos primeiros e pela obediência compulsória dos segundos. As nações detentoras do poder, antecipadamente, geram o ambiente em que essas relações se darão, e nessa antecipação já definem, conforme insinua o nosso trabalho, a reação e o comportamento que cada parte pode e deve ter nesta ou naquela interação. Essa anterioridade (planejamento geo-político), e o uso da autoridade coercitiva (potência militar e econômica) pelo agente que se privilegia em seu próprio benefício, remonta aos primórdios do Direito, e ao principiar da elaboração das normas (lei do mais forte), essas que avançaram nas relações individuais, capengam nas do Direito Internacional. Basta observarmos o declínio da diplomacia nos quadros atuais. As propostas criativas, de que temos conhecimento, a exemplo da globalização, são dutos de mão única. É um monólogo da autoridade com o obediente.

Do mesmo modo em que identificamos com lucidez os problemas, podemos vislumbrar mais claramente a sua solução, para isso, devemos lutar para que a norma jurídica, assim como a lei moral, possa rapidamente estabelecerem-se como parâmetros da Justiça no Direito Internacional, refletindo a verdadeira modernidade no mundo. A modernidade real, exigirá que as regras solicitem na desigualdade, desiguais esforços das partes para que se consiga uma Justiça Igualitária. E que esses princípios possam se estender por todos os quadrantes do planeta.

O revigoramento dos organismos internacionais, para que esses possam tornar-se os foros adequados aos conflitos mundiais, realizando Justiça, semeando a idéia de uma *federação internacional* representativa dos interesses gerais, que agirá em relação aos Estados Nacionais, funcionalmente, como o Direito veicula pelo Estado a função mediadora em relação ao indivíduo.

Tendo essa federação o objetivo primordial de promover e favorecer a convivência harmônica entre os povos, o progresso geral do planeta, a paz como bem universal, o respeito aos valores culturais de cada povo, a manutenção da ordem geral. E inibir a todo custo o conflito armado, a exploração dos povos, a submissão da soberania, a fome e a miséria e o monopólio do conhecimento. Que possam por esse meio, as relações internacionais, amadurecer a tal ponto que os nacionais de qualquer raça, cor, ou religião, sejam também, cidadãos do mundo e que sua individual felicidade relativa, possa ser reflexo da estabilidade das relações entre as nações.

Referências bibliográficas

1. MARCHETTI, Victor e MARKS. D., Jonh. **A Cia e o culto da inteligência**. Traduzido por Milton Persson. Ruy A. de Sá. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 287.

2. KEYNES, Mylo. **Ensaio sobre Jonh Maynard Keynes**. Traduzido por José Fernando Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 171.
3. "As principais barreiras". **Jornal do Brasil**, 08/03/2000 [s. a]
4. BRENER, Jayme. **O mundo pós-guerra fria**. Scipione, Série Ponto de Apoio.
5. GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Manual de sociologia**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1983. 6ª ed.,

Glossário

Guerra Fria - Termo que designou, a partir do meado dos anos 40, a tensão política constante entre os EUA e a URSS.

Países alinhados - Designavam-se assim os países que seguiam a orientação política de uma das duas superpotências.

Primeiro Mundo - Países capitalistas desenvolvidos

Segundo Mundo - Países socialistas

Terceiro Mundo - Países subdesenvolvidos

F.M.I. - Fundo Monetário Internacional

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BC - Banco Central do Brasil

Fort Knox – Local onde estão depositadas as reservas de ouro dos EUA.

*Acadêmico de Direito da Universidade Estácio de Sá
(1º período, campus Nova Friburgo - RJ)

Disponível em: http://www.estacio.br/graduacao/direito/publicacoes/dir_artglo.asp

Acesso em: 4 de julho de 2007